

transição corporal. Considerando o contexto hospitalar/clínico e seus agentes discursivos, quisemos perceber que influências e (in)suficiências trazem para os processos relacionais entre mães/pais e filhos/as e para os caminhos de elaboração de significados em torno dos percursos dos/as filhos/as discrepantes com os pressupostos de género sociais/culturais. Métodos: Os discursos de oito mães e dois pais foram recolhidos através de entrevistas semi-estruturadas e os dados analisados segundo o método da análise temática, numa abordagem crítica, construcionista social. Resultados: Destacamos quatro temas – Tomada de conhecimento; Adaptação ao novo nome e género do pronome; Adaptação às mudanças físicas; Interpretações e etiologias – que norteiam o percurso de mães e pais em direcção à aceitação. Percursos (des)encaminhados por alguns dos dualismos organizadores do entendimento ocidental das questões de sexo e género, que se colocam como impasses. O poder-saber médico surge como desbloqueador destes obstáculos. Conclusões: Os percursos das pessoas entrevistadas salientam a diversidade de vivências parentais e não se encaixam em modelos pré-existentes. Elencamos considerações para a prática clínica com pessoas trans e suas famílias, numa perspectiva reflexiva e comprometida com a mudança social, e sugerimos investigações futuras, focando abordagens interseccionais.

Palavras chave: Dualismos, Vivências, Mães, Pais, Trans

## (DES)CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES DE HOMENS TRANS, ENTRE PORTUGAL E BRASIL

Matilde Soares<sup>1</sup> (matildesoaresbc@hotmail.com), Liliana Rodrigues<sup>2</sup>, & Conceição Nogueira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; <sup>2</sup>Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Os estudos críticos de género têm negligenciado as masculinidades trans, tanto no campo das masculinidades – onde raramente são incluídos –, como nos estudos sobre pessoas trans – onde se verifica uma maior incidência sobre as mulheres. Ao criar um diálogo entre estas duas áreas de estudo, pretende-se ampliar a noção de masculino e quebrar o eio entre homens cis e masculinidades, demonstrando que a masculinidade não é algo que apenas alguns corpos específicos têm ou possuem, mas antes que pode ser expressa por uma variedade de corpos. Partindo de uma perspectiva construcionista, feminista trans e interseccional, pretendeu-se compreender como homens trans (des)constróem as suas masculinidades, enquanto têm de, simultaneamente, lidar com as pressões e expectativas impostas pela masculinidade hegemónica, que ditam o que é ser um “homem de verdade”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 12 homens trans, em Portugal e no Brasil. Posteriormente, foi feita uma Análise Temática, segundo as propostas de Braun e Clarke (2006), que evidenciou como expressões tradicionalmente masculinas continuam a ser cruciais para a legitimação destes homens como “homens de verdade”. Assim, homens trans fazem várias negociações com a masculinidade hegemónica, nos seus processos de (des)construção enquanto homens. Estas pressões e expectativas podem resultar na necessidade de se provarem constantemente como “homens de verdade”, procurando, assim, (re)afirmar as suas masculinidades persistentemente. Por outro lado, a partir da libertação das pressões sentidas e da desconstrução e rejeição da masculinidade hegemónica, parece dar-se uma construção de masculinidades alternativas, livres e espontâneas, que procuram ser mais justas e igualitárias. Em suma, pretende-se visibilizar alternativas aos sistemas opressivos que moldam as vivências de homens trans, e que, no fundo, controlam e restringem a diversidade humana. É necessário, então, um maior e

mais inclusivo reconhecimento de identidades trans e de formas de “ser homem” e/ou masculino, sem as negar ou oprimir.

Palavras-chave: Homens trans, masculinidades, masculinidade hegemónica, análise temática.

## LEI DE GÊNERO: UM DISPOSITIVO LEGAL NA PRODUÇÃO DE RECONHECIMENTO? EXPERIÊNCIAS TRANS LATINO-AMERICANAS EM PORTUGAL

Fernanda Lyrio Heinzelmann<sup>1</sup> (fernandalheinz@gmail.com), Liliana Rodrigues<sup>2</sup>, & Conceição Nogueira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; <sup>2</sup>Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Nas últimas décadas pessoas trans têm sido foco de importante discussão e reflexão. Mas, ainda que a recente visibilidade tenha efeitos positivos ao revelar lugares de abjeção social que por vezes pessoas trans ocupam na sociedade, pessoas trans ainda estão mais sujeitas que pessoas cisgénero a vivenciar situações de vulnerabilidade social. Casos como o assassinato da mulher trans Gisberta, na cidade do Porto, em 2006, representam violências pelas quais pessoas trans passam cotidianamente. A população trans está mais exposta não apenas violências físicas, mas também à doenças e problemas de saúde, seja por situações de vida precárias, ou pela dificuldade em aceder atendimento em saúde. O preconceito faz com que muitas pessoas abandonem a escola logo cedo, dificultando inserção no mercado de trabalho formal, e tornando também mais difícil o acesso à alimentação e moradia. Dificuldades que se agravam quando fatores como orientação sexual, classe social, raça, nacionalidade, faixa etária, e existência de necessidades especiais, interseccionam à identidade de gênero percebida como não normativa. Neste sentido, ter um nome correspondente ao gênero com o qual a pessoa se identifica, diminui constrangimentos e facilita o acesso a serviços básicos, inclusive públicos. Em 2018, Portugal aprovou a Lei 38/2018 que eliminou necessidade de diagnóstico de transexualidade via relatório médico e psicológico, garantindo direito à autodeterminação de identidade de gênero e expressão de gênero e à proteção das características sexuais de cada pessoa. Entretanto, este reconhecimento jurídico não se estende às pessoas trans residentes em Portugal que não possuam cidadania portuguesa, a exemplo de muitas pessoas trans latino-americanas. Assim, perguntamos: que possibilidades de cidadania são propostas quando o reconhecimento legal das identidades e experiências trans é feito pela delimitação de quais sujeitos podem aceder aos direitos? Estaria tal delimitação colocando pessoas que não se adequam às normas uma nova posição de exclusão?

Palavras-chave: trans(gênero), lei de gênero, direitos humanos, imigração, interseccionalidade

## EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS NO SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO CHILE E EM PORTUGAL

Jaime Parra-Villarroel<sup>1</sup> (jale76@gmail.com), Liliana Rodrigues<sup>2</sup>, & Conceição Nogueira<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Programa de Doutoramento em Sexualidade Humana, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal; <sup>2</sup>Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto